

“Cincoanistas” querem atrasar votação do mandato

CLÓVIS ROSSI
Enviado especial a Brasília



O presidente Sarney, que falou ontem no programa 'Conversa ao Pé do Rádio'

Sarney pára de criticar Congresso constituinte

Da Sucursal de Brasília

Depois de três “Conversa ao Pé do Rádio” consecutivos, o presidente José Sarney suspendeu, no programa de ontem, a bateria de críticas que vinha dirigindo ao Congresso constituinte. Para Sarney, seus “últimos pronunciamentos políticos” tiveram “muitas interpretações equivocadas”.

Sarney afirmou também que nos últimos programas, transmitidos às 6h em cadeia nacional obrigatória de rádio, ele se defendeu “das injustiças que foram cometidas” e que usará “sempre” o seu “direito de defesa”. Praticamente todo o programa de ontem foi dedicado à visita que Sarney fez, na última quinta-feira, a projetos de irrigação

em dois municípios do norte de Minas, Manga e Janaúba, e a outros projetos voltados para o interior do país.

Somente cinco momentos da fala presidencial foram dedicados a temas políticos. Num deles, Sarney afirmou ter se comprometido com “as virtudes da paciência e da determinação, para prosseguir na transição democrática”, assegurando que “jamais perderei estas virtudes”. Noutro, o presidente se disse empolgado com o norte de Minas, afirmando: “Não vi o Brasil nervoso, procurando motivos para se envenenar no pessimismo. Mas o Brasil trabalhando.”

No final, Sarney disse ser o mais “interessado na transição democrática”.

A falta de quórum para as votações de ontem no Congresso constituinte —que tende a se repetir nas sessões convocadas para hoje e amanhã— foi providencial para os defensores de cinco anos de mandato para o presidente José Sarney e parcialmente provocada por eles próprios.

O desabafo de Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos mais ferrenhos “cincoanistas”, ilustra bem a situação em que se vian, até o início da tarde, os aliados do Palácio do Planalto: “Nunca vi um exército entrar para o combate sem organização. Desse jeito, vamos perder”, dizia Cardoso Alves, 58, apoiado nas bengalas com que substituiu, ontem, a cadeira de rodas que usava até a véspera.

Em parte por essa fatal desorganização, os “cincoanistas” ajudaram a impedir o quórum ontem, com o que ganham tempo para que a votação do mandato e do sistema de governo fique ou para o final da próxima semana ou para a semana seguinte. Assim, a reorganização do exército “cincoanista”, reclamada por Cardoso Alves, pode se operar.

Convém deixar claro que a falta de quórum não ocorreu exclusivamente pelo desejo dos “cincoanistas” de ganhar tempo. O motivo principal foi a falta de acordo para a votação sobre o subsolo (se é ou não bem da União). Um desabafo do deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), 48, um dos líderes do Centrão, majoritariamente “cincoanista”, feito no gabinete do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), demonstra bem a raiz do problema: “O Centrão não vai dar quórum. O Ulysses está louco. Quando não há acordo, tem que parar a votação por 24 ou 48 horas”, dizia, aos gritos, o deputado pernambucano.

Boa parte dos peemedebistas “quatroanistas” não se convenceu com essa explicação: “É claro que eles (os parlamentares do Centrão) não deram quórum por causa do mandato”, dizia, por exemplo, Antônio Brito (PMDB-RS), 35. Reforçava seu colega de bancada gaúcha Nelson Jobim, 41: “A questão do subsolo é uma pseudo questão. O que motivou a saída do Centrão foi jogar para a frente a votação do mandato”.

Conversas

Seja qual for a razão real, o fato é que o adiamento das votações dá tempo para que, eventualmente, se



Reunião de parlamentares do Centrão, ontem, na sala da liderança do PFL

aprofundem as conversações muito preliminares em andamento, aparentemente com aval do Palácio do Planalto, sobre mandato e sistema de governo.

Há, de parte dos “cincoanistas”, uma linha básica de conversação com os “quatroanistas”: aceitar o parlamentarismo, se inevitável, desde que o mandato de Sarney fique nos cinco anos e o novo sistema de governo só seja implantado depois da mudança de presidente. Uma variante dessa linha admite a implantação do parlamentarismo ainda com Sarney, mas apenas a partir do ano que vem.

Essas conversas, por muito preli-

minares, não demoveram os principais comandantes do parlamentarismo com quatro anos da ideia de mudar já o sistema de governo. Agora, com o adiamento da votação, abre-se um pouco mais de tempo para negociar.

Abriu-se, também, um espaço para a negociação, na medida em que, pela primeira vez nas últimas quatro emissões, o programa “Conversa ao Pé do Rádio”, das sextas-feiras não foi dedicado pelo presidente Sarney a ataques à Constituinte. O presidente chegou a dizer que houve “muitas interpretações equivocadas” sobre os seus últimos pronunciamentos. Mais: “Eu não concedo a ninguém ser mais interes-

sado na transição democrática do que eu”.

O único trecho mais agressivo da fala de ontem é, assim mesmo, nebuloso: “Defenderei com todas as minhas forças o meu direito de defender o Brasil dos seus inimigos, que muitas vezes se escondem até mesmo na capa do ódio, ódio que ele mesmo é um ódio fingido”.

A fala do presidente confirma uma de duas análises que, na véspera, se faziam no PMDB: ou ele resolveu negociar, em vez de colidir com a Constituinte (hipótese preferida de Ulysses Guimarães), ou desistiu dos ataques por falta de ressonância deles (tese, entre outros, do senador Fernando Henrique Cardoso e José Richa).



Presidencialistas fundem oito emendas num só texto

Do Sucursal de Brasília

Um grupo de líderes presidencialistas do Congresso constituinte, reunido no gabinete do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), decidiu ontem fundir num único texto todas as atuais emendas presidencialistas. O objetivo é aperfeiçoar o texto presidencialista para enfrentar a emenda parlamentarista assinada pelo deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Segundo o deputado Milton Reis (PMDB-MG), um levantamento feito por ele junto ao plenário indica que o sistema presidencialista teria 26 votos de vantagem sobre o parlamentarista, enquanto a proposta de mandato de cinco anos para o presidente José Sarney venceria por 41 votos a proposta de mandato de quatro anos.

Os presidencialistas que se reuniram no gabinete de Lucena foram o senador Marco Maciel (PFL-PE) e os deputados Adolfo de Oliveira (PL-RJ), Milton Reis (PMDB-MG) e Osvaldo Macedo (PMDB-PE). As oito emendas presidencialistas atuais em condições de voto no Congresso constituinte serão transformadas numa só, através do mecanismo regimental de fusão de emendas.

Embora tenha conseguido preferência de votação (353 assinaturas), o que lhe garante prioridade sobre a emenda parlamentarista, na hora da votação, a emenda do senador Humberto Lucena não agradou à maioria dos presidencialistas. A fusão permitirá incorporar ao texto contribuições das emendas do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), que é apoiada pelo deputado Ulysses Guimarães, e do senador Marco Maciel.

Para Sant'Anna, 210 votam cinco anos

Do enviado especial a Brasília

Apenas 210 dos 559 Constituintes estão fechados com um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. A avaliação é de uma equipe formada por deputados fiéis ao presidente e pela assessoria técnica do líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), ativada dois dias atrás para, até o final da Constituinte, fazer o acompanhamento das tendências dos parlamentares sobre a questão do mandato. As preferências pelo sistema de governo (se presidencialista ou parlamentarista) não foram pesquisadas.

O trabalho, que ficou sob a responsabilidade geral do deputado Basílio Villani (PMDB-PR), divide os constituintes em quatro faixas, chamadas de um, dois, três e quatro. A um é a dos cincoanistas convictos. Na dois, que Villani diz enquadrar aqueles congressistas “com 95% de chances de votar nos cinco”, estão 78 nomes. Na faixa três —a dos que, segundo o deputado, “têm uns 60% de chances de votar com o governo”— há 70 nomes. A última faixa reúne os quatroanistas e aqueles que, de acordo com essa análise, estão absolutamente indefinidos.

A soma dos faixas um e dois —288 Constituintes— foi considerada, ontem, por Villani, como “ainda muito baixa”. Ela dá ao governo uma

margem de apenas oito desistências —pois o mandato tem que ser aprovado por 280 votos—, e isso causou preocupação na liderança do Governo. A equipe de acompanhamento está formada por 30 parlamentares, distribuídos pelas 26 representações estaduais no Congresso. Para alguns Estados —como Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Ceará e Rio Grande do Norte— foram destacados dois informantes. Na bancada do Rio Grande do Norte —e apesar desses dois informantes— os cincoanistas ainda não puderam definir com clareza a tendência do deputado Ismael Wanderley, do PMDB, que é genro do ministro da Administração Aluizio Alves.

Há pelo menos mais dois acompanhamentos que estão servindo para orientar o governo sobre a questão do mandato: um no âmbito do próprio governo, e outro no do Centrão. O primeiro está centralizado na pessoa do ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana —um dos principais articuladores políticos de Sarney. O segundo está a cargo do deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um coordenador do Centrão que tem experiência e fama em pesquisas dentro do Congresso (mas cujas avaliações são tidas como demasiadamente otimistas por assessores de Sant'Anna).

Ontem pela manhã, quando ainda

não sabia que muitos Constituintes estavam, já, retornando a seus Estados —e, dessa forma, impedindo a continuação das votações—, o líder do Governo raciocinava com a previsão que lhe foi feita pelo presidente da Constituinte na última quinta-feira. “O Ulysses (Guimarães) me disse que nós devemos votar a emenda do Fernando Henrique Cardoso (que prevê, para todos os presidentes da República um mandato de quatro anos com direito a uma reeleição) na próxima quinta”, contou Sant'Anna à Folha.

O deputado baiano diz que a emenda do senador do PMDB paulista Fernando Henrique “vai ser o grande teste”. Sant'Anna está decidido a não deixar mais nenhum ataque ao presidente da República sem resposta, mesmo que ele se verifique em sessões da Constituinte, e não em sessões da Câmara, onde há sempre mais tempo para os debates. Para viabilizar isso, Carlos Sant'Anna resolveu formar um colégio de vice-líderes —prerrogativa que nem o Regimento da Câmara nem o da Constituinte prevêem para seu cargo. O colégio de vice-líderes do líder do Governo deve ser integrado, inicialmente, por 12 deputados —e um deles será o peemedebista fluminense Jorge Leite (candidato derrotado à prefeitura do Rio, três anos atrás). (RL)

Parlamentaristas querem Ulysses neutro no sistema de governo

ALEXANDRE POLES
Do Sucursal de Brasília

Um grupo de políticos “ulyssistas” pediu antontem ao deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) que se mantenha neutro em relação ao debate sobre o futuro sistema de governo e permita, com isso, a aprovação do parlamentarismo pelo Congresso constituinte. Os “ulyssistas” acham que o parlamentarismo é hoje única saída para garantir sucesso à transição política.

A reunião —na casa do ministro da Previdência Social, Renato Archer— terminou inconclusiva. Mas mostrou que os políticos mais próximos a Ulysses estão alarmados com o risco de um confronto entre o Congresso constituinte e o presidente Sarney, a partir da votação do sistema de governo e dos futuros mandatos presidenciais, na próxima semana.

“Estamos como gado no brete” —disse ontem o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), um fiel aliado de Ulysses. Com uma expressão gaúcha (brete é o corredor que conduz o gado para o matadouro, sem retorno), Ibsen Pinheiro constatou que a Constituinte terá na próxima semana as duas votações mais importantes e mais explosivas desde seu início, sem que se saiba o que poderá acontecer.

O pano de fundo das preocupações do PMDB foi a crise econômica e o fato de que o governo Sarney, nesta semana, entrou virtualmente em colapso, quando não conseguiu congelar a URP dos funcionários públi-



O grupo de parlamentaristas se reúne na Comissão de Finanças do Senado

cos por três meses, como queriam os ministros da área econômica. A este problema soma-se a ausência quase completa de canais de negociação entre a Constituinte e o presidente Sarney, na questão do sistema de governo e do seu mandato.

“Sou presidencialista por convicção, mas o parlamentarismo é inevitável para garantir o processo de transição”, disse ontem o deputado Ubiratã Aguiar (PMDB-CE), também presente à reunião. Esta

avaliação, segundo apurou a Folha, é compartilhada pelo ministro Renato Archer e pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique.

A conversa com Ulysses, presidente do PMDB, do Congresso constituinte e da Câmara, teve o objetivo de expor a situação do partido, que seria, hoje, favorável ao parlamentarismo, segundo Ubiratã Aguiar. A questão é que a diferença de preferência entre presidencialistas e parlamentaristas no Congresso consti-

tuinte é mínima — e Ulysses tornou-se, com isso, o fiel da balança na votação sobre o sistema de governo.

Durante a conversa, Ulysses repetiu sua posição, já conhecida, favorável ao presidencialismo. Como de hábito, mais ouviu que falou, e diante do pedido para que se mantivesse equidistante do debate sobre o sistema de governo disse apenas: “vou refletir sobre isso”. Ulysses deverá ter uma conversa com o senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte, sobre sistema de governo, e possivelmente com o presidente Sarney.

Ao mesmo tempo, deputados do PMDB começaram uma série de contatos com articuladores políticos do governo, numa tentativa de reabrir a conversação sobre o sistema de governo e o mandato. Na quinta-feira, o deputado Ubiratã Aguiar, ex-integrante do Centrão, conversou com o ministro da Habitação e Urbanismo, Prisco Viana. Ontem, conversou com o chefe do gabinete civil, Ronaldo Costa Couto.

Ainda na quinta-feira, os deputados Jorge Ueque (PMDB-RS) e Irajá Rodrigues (PMDB-RS) procuraram o ministro da Justiça Paulo Brossard propondo que ele abra um canal de negociação com Sarney sobre a implantação do parlamentarismo. Depois da crise da URP, Irajá vê o risco de uma virtual implosão do governo, caso o Congresso constituinte aprove um mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

“Se der quatro anos, o governo terminou, não terá condições de governar”, disse. Por isso, propôs a implantação do parlamentarismo —já (isto é, em seguida à promulgação da nova Constituição) e eventualmente a negociação em cima do mandato presidencial, que poderia ficar em cinco anos.

“O parlamentarismo-já permitirá levar a transição nestes próximos dez meses”, acrescentou o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA), já admitindo uma vitória do mandato de quatro anos para Sarney, com eleições presidenciais em novembro. Estiveram na casa de Archer o ministro Luiz Henrique e os deputados Genebaldo Correia, Ibsen Pinheiro, Cid Carvalho e Ubiratã Aguiar. Desse grupo, apenas Cid Carvalho (PMDB-MA) ainda tem resistências ao parlamentarismo (Cid é amigo pessoal do presidente Sarney).

Abaixo assinado

O deputado Virgildasio de Senna (PMDB-BA) começou ontem a recolher assinaturas dos peemedebistas favoráveis ao parlamentarismo. Segundo os parlamentaristas, dos 300 constituintes da bancada do partido 167 seriam parlamentaristas, 71 presidencialistas e 63 estariam indecisos. O abaixo assinado será entregue ao deputado Ulysses Guimarães.

MUSEU I
90 peças com personagem his
pela melhor oferta. F: 266.6744